

CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**A ASCENSÃO DA ISLAMOFOBIA NO OCIDENTE: OS
REFLEXOS DA IMIGRAÇÃO NO SÉCULO XXI**

NAYANE NABILICE FONSECA

Caruaru

2016

CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**A ASCENSÃO DA ISLAMOFOBIA NO OCIDENTE: OS
REFLEXOS DA IMIGRAÇÃO NO SÉCULO XXI**

Monografia apresentada por Nayane Nabilice Fonseca, ao curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Tabosa De Almeida, como exigência para obtenção do grau de bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação do Prof. Msc. Vico Melo.

Caruaru

2016

BANCA EXAMINADORA

Aprovada em 30 / 11 / 2016.

Presidente: Prof. Msc. Vico Dênis Sousa de Melo

Primeiro Avaliador: Prof. Msc. Luis Felipe Andrade Barbosa

Segundo Avaliador: Prof. Msc. Gustavo de Andrade Rocha

Caruaru

2016

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, que com todo o seu amor e dedicação, estiveram sempre ao meu lado e nunca mediram esforços para que eu atingisse os meus objetivos. Minha gratidão!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da vida e por jamais ter me desamparado, pois foi me concedendo foco, determinação e força de vontade que fui capaz de chegar ao final de mais um importante ciclo da minha vida. Agradeço também aos Espíritos de Luz que me guiaram durante essa jornada, enviando boas energias e sempre me orientando para o caminho do bem. Portanto, sou eternamente grata pelas graças alcançadas até aqui.

A minha querida mãe e amiga Norma Suely Barbosa Fonseca, sou muito grata por sempre estar ao meu lado, por aturar meus dramas e ouvir minhas lamentações, por ter me amparado em momentos difíceis, por estar presente nos melhores momentos da minha vida, por me proporcionar momentos tão nossos, seja com as tortas e cafezinhos que dividimos, ou as idas ao cinema quando queríamos nos distrair, enfim... só tenho a agradecer por esse exemplo de mãe em minha vida.

Ao meu pai, José Marcelo Fonseca, sou igualmente grata por estar presente nos momentos mais importantes da minha vida, por todo apoio dado, pela dedicação e carinho, que apesar das dificuldades, nunca mediu esforços para a concretização dos meus sonhos. Obrigada por todos os ensinamentos, os levarei para o resto da minha vida.

Ao meu irmão e demais familiares que sempre me apoiaram, dando incentivos, palavras de conforto e que de alguma forma torcem por mim, a minha eterna gratidão.

Ao meu namorado e melhor amigo Guilherme Machado, o qual sou muito grata por todo o amor, apoio e carinho proporcionado durante estes anos de relacionamento e por todos os momentos felizes e divertidos que compartilhamos diariamente. Agradeço também pela reciprocidade, pela honestidade e amizade, que é o principal alicerce que nos mantém juntos por tanto tempo. Muito obrigada por sempre torcer pelo meu sucesso, por estar ao meu lado em mais uma etapa que concluo em minha vida e por fazer questão de permanecer nela.

Às minhas amigas de infância, que também estiveram presentes de alguma forma, dividindo as alegrias, os dramas da vida, inúmeras risadas e experiências. Sou

muito grata pelo apoio dado, pelas viagens que ajudaram a me distrair, pelo amor, lealdade e que apesar dos contratempos, sempre dão um jeitinho de se encontrar para relembrar os bons momentos que vivemos juntas. Vocês também fazem parte de mais um importante momento em minha vida.

Às minhas amigas e amigos tão queridos (as) que encontrei na faculdade, a minha gratidão pela companhia e pelos bons momentos que compartilhamos juntos ao longo dessa jornada acadêmica. Só tenho a agradecer pelas alegrias, desabafos, compreensões, risadas e apoio mútuo proporcionados nesses anos, pois sem isso, não teria conseguido lidar com tamanho perrengue. Saibam que vocês foram essenciais e desejo sucesso e positividade para cada um.

Agradeço a todos as professoras e professores que estiveram presentes nesses quatro anos de formação acadêmica compartilhando conhecimento e que de alguma forma, contribuíram grandemente para o meu aprendizado.

Agradeço em especial ao meu orientador, Vico Melo, por ter topado explorar a temática proposta, por ter me auxiliado a pôr em prática o que eu havia idealizado, por todo o suporte dado e pela disponibilidade e paciência em aturar uma aluna que não dá descanso nem nos domingos e feriados. Sou muito grata pela oportunidade de ter me apresentado a novas temáticas e autores fantásticos, me proporcionando mais conhecimento ainda e por expandir meus horizontes para questões que antes não considerava tão relevantes, mas percebo o quanto são essenciais para a compreensão das Relações Internacionais.

E por fim, a todos que estiveram torcendo por mim e desejando positivities, o meu muito obrigada!

RESUMO

A partir da constante dinâmica migratória ocorrente desde o século XVI até o presente, compreendendo períodos como as “Grandes Navegações” e consolidação do Colonialismo, assim como recentes deslocamentos rumo ao Velho Continente realizados por indivíduos de todas as partes do Mundo, pôde ser verificado o efetivo contato entre povos de diferentes culturas, tornando o intercâmbio cultural, um fenômeno impreterível. É diante de tal contexto, que também surgem adversidades ligadas à influência que essas culturas acarretam na sociedade receptora de imigrantes. Devido ao seu caráter atual e à crescente repercussão do tema, o foco deste presente trabalho está voltado para a discussão sobre a Xenofobia e a ascensão da Islamofobia – como resultante dos movimentos xenofóbicos – temas de grande relevância para o estudo dos fluxos migratórios e das Relações Internacionais. Os métodos utilizados consistem em uma análise descritiva-narrativa dos fenômenos concernentes ao tema, trazendo uma revisão bibliográfica de artigos, dissertações e obras de autores que são referência no assunto, e abrange uma abordagem qualitativa de cunho histórico-conceitual das questões. Além dos principais contextos envolvendo a imigração e a sua relação com a xenofobia, poderá ser observado que esta também se configura como uma forma de violência cultural, conceito assim denominado pelo sociólogo norueguês Johan Galtung e que auxiliará no entendimento da ascensão dos movimentos/partidos xenófobos na Europa. Portanto, a intenção deste trabalho consiste em evidenciar uma atual perspectiva da situação que se encontram os imigrantes no continente europeu, dando maior ênfase às formas hostis os quais são tratados, e ao negligente papel que o Estado exerce no tocante à integração destes na sociedade.

Palavras Chaves: Xenofobia; Islamofobia; Europa; Imigração; Violência Cultural; Colonialismo; Relações Internacionais.

ABSTRACT

From the constant migratory dynamic occurring since the 16th century until the present, comprising epochs as the “Age of Discovery” and consolidation of Colonialism, as well as the recent displacement towards the Old Continent; carried out by individuals of all around the World, the effective contact between different culture's people was verified making the cultural exchange an inevitable phenomenon. Towards this context, some adversities linked to the influence that these cultures brings to the receiver immigrant society arises. Because of the theme's current character and rising repercussion, this present paper focus on the discussion about Xenophobia and the ascension of Islamophobia, as a result of xenophobic movement: A theme with great relevance for the International Relations studies and for migratory flows as well. The methods used consists in a descriptive-narrative analysis related to the theme bringing a bibliographical revision of articles, dissertations and works of authors which are reference at the subject and embraces a qualitative approach of a historical-conceptual nature of the issues. Besides the main contexts involving the immigration and its relation to the xenophobia, observed that this one fits as a form of cultural violence, a concept designated by the Norwegian sociologist Johan Galtung, who will help in understanding the rise of xenophobic movements/parties in Europe. Therefore, this paper intends to put into evidence the immigrant's current situation faced in the European continent, emphasizing the hostile treatment given to them as well as the negligent role that the state practices when it comes to the integration of these Immigrants into the society.

Key Words: Xenophobia; Islamophobia; Europe; Immigration; Cultural Violence; Colonialism; International Relations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. RACISMO E XENOFOBIA: A ORIGEM E EVOLUÇÃO DOS TERMOS	13
1.1 Conceito e História do Racismo/Xenofobia	13
1.2 Os Aspectos Precursores do Colonialismo que Incitaram o Racismo Contemporâneo	17
1.3 Os Elementos que Contribuíram para a Consolidação do Racismo Através do Colonialismo	19
2. O CONTEXTO HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO	24
2.1 A Trajetória do Processo Migratório durante os Séculos XIX e XX: a Europa como Centro de Emigração	24
2.2 Centro-Periferia na Era da Globalização: Os “Novos” Fluxos Migratórios.....	27
2.3 O Retorno das Manifestações de Racismo em Virtude das Imigrações	28
2.4 A Consolidação dos Regimes Internacionais de Migração	30
3. OS DESDOBRAMENTOS DO PROCESSO MIGRATÓRIO NA EUROPA: A INTENSIFICAÇÃO DA XENOFOBIA E A ISLAMOFOBIA COMO SEU PROCEDENTE	35
3.1 A Xenofobia como Forma de Violência Cultural na Visão de Galtung	35
3.2 A Emergência da Islamofobia como uma Vertente da Xenofobia	39
3.3 A Consolidação de Partidos e Movimentos Nacionalistas na Europa	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	49

INTRODUÇÃO

A imigração é uma realidade que faz parte do cenário internacional desde o início da História da humanidade, se consolidando como um fenômeno atemporal em que todos os continentes já o presenciaram de alguma forma. O mesmo consiste na entrada de pessoas ou populações em um território estrangeiro, onde pretendem se estabelecer permanente ou temporariamente e com intenção de residência e/ou trabalho; pode ser efetuada por diversos motivos, sendo os principais que levam os migrantes a saírem de seu país para outro: questões econômicas, como a busca por melhores oportunidades de empregos e condições financeiras; a pretensão de uma maior estabilidade social; ou ainda para escapar de perseguições e discriminações políticas ou religiosas.

Diante disso, é possível notar as particularidades específicas de uma determinada cultura que a dinâmica migratória carrega consigo, e que ao entrar em contato com outras de natureza distinta, pode vir a influenciá-la e até mesmo, modificá-la; em casos como este, há um maior acolhimento das diferenças culturais, permitindo que culturas distintas interajam e se integrem de modo pacífico. Logo, a probabilidade destes fluxos migratórios ocorrerem, se tornam maiores. Por outro lado, existem países que além de não serem receptíveis às imigrações, caracterizam reações de repulsa a esse processo, o que pode propagar a xenofobia, e despertar sentimentos de medo e ódio relacionados a pessoas provenientes de outros países.

Assim, diante de uma “infinitude” de temas que poderiam ser explorados neste vasto universo que as Relações Internacionais propiciam, pretendo neste trabalho, trazer à tona a xenofobia como um dos reflexos provocados pelos processos migratórios. Tal questão não advém inteiramente desse processo, e sim, condiz com uma histórica aversão ao estranho: inicialmente por meio do fator linguístico, que era utilizado como um parâmetro para distinguir quem era bárbaro e quem era civilizado; posteriormente, o fator racial se sobrepôs ao cultural com a ascensão europeia nas terras colonizadas. Além disso, o colonialismo foi um importante fator que incitou a xenofobia através da evolução do racismo, com a opressão exercida em relação ao colonizado, além da depreciação do mesmo como indivíduo. Portanto, tais procedimentos se assemelham pelos seus impactos refletidos em atos comportamentais de forma hostil e exercidos principalmente por ocidentais.

Tratando-se de uma temática contemporânea e de cunho relevante para o âmbito internacional, porém pouco analisada, a xenofobia se desenvolve e ainda se faz presente diante de episódios recorrentes nos mais diversos países que despreza uma determinada população devido a sua cor, credo ou costumes que lhe parecem destoar daquilo que seria “comum” para o Ocidente; situação que vem ganhando maiores proporções diante da difusão da islamofobia, a aversão ao Islamismo e pessoas de origem árabe.

O interesse em abordar tal questão surgiu em decorrência da grande repercussão midiática internacional acerca da intensificação dos fluxos migratórios provenientes do Oriente Médio e Norte da África em direção a Europa no ano de 2015 – e que segue ocorrendo em 2016 – devido a junção de problemas como os conflitos, perseguições religiosas, violações dos direitos humanos, além da falta de esperança em relação a uma melhora dessa conjuntura, gerando então uma caótica crise humanitária.

Sendo assim, o principal objetivo deste trabalho é abordar a xenofobia e islamofobia como uma faceta antagônica da imigração e quais seriam os seus impactos diante deste processo e das relações internacionais. Para tanto, será feita uma análise do surgimento da xenofobia no cenário internacional, entender a conexão histórica de tal questão como o colonialismo, identificar a relação dos processos migratórios com a xenofobia, além de compreender o seu impacto no cenário atual diante da expansão de vertentes como a islamofobia.

A metodologia utilizada neste trabalho seria a de cunho descritivo, ou seja, dispondo das informações necessárias acerca do tema, foi feita uma descrição de fatos e fenômenos referentes ao mesmo. Consiste em uma abordagem qualitativa, em que se busca compreender a totalidade do fenômeno, utilizando o modo subjetivo para compreensão e interpretação de experiências. E através da revisão bibliográfica de obras que proporcionam maior embasamento ao tema, buscou-se trazer a contribuição de autores que abordam o assunto com propriedade, o que leva a um entendimento mais aprofundado acerca do mesmo.

No que concerne à sua estrutura: a princípio, o primeiro capítulo do presente trabalho irá abordar a origem dos termos “racismo” e “xenofobia”, assim como a diferenciação de seus conceitos e a sua conexão com o colonialismo, processo que contribuiu para a consolidação desses termos. No segundo capítulo, será apresentada uma explanação do histórico da imigração, o qual tinha-se a Europa como principal

provedora de imigrantes, verificando-se, posteriormente, algumas mudanças quanto a origem dos fluxos migratórios: contextos envolvendo a autonomia de antigas colônias em meados do século XX e a difusão de países economicamente estáveis que ofereciam melhores condições de vida passou a chamar atenção de novos imigrantes, provocando um intenso deslocamento para o Ocidente no período que compreende a década de 1980.

E, por fim, os conceitos acerca da violência e paz estudados pelo sociólogo Johan Galtung serão revistos, de modo que a xenofobia se configura como uma expressão da violência cultural, termo atribuído pelo mesmo autor. Além disso, será enfatizada a ascensão da islamofobia no cenário internacional, trazendo a sua relação histórica com o racismo, o estabelecimento e expansão de movimentos de cunho nacionalistas que possuem ideias contrárias a imigração, bem como a convivência com culturas diferentes.

CAPÍTULO 1 – RACISMO E XENOFOBIA: A ORIGEM E EVOLUÇÃO DOS TERMOS

Apesar de ser um tema pouco explorado no âmbito das Relações Internacionais, a xenofobia levanta um debate de cunho social em que os seus impactos podem ser refletidos nos mais diversos aspectos, inclusive em frequentes atos violentos de pouca e ampla repercussão. Nesta primeira parte, pode-se observar os indícios de tal tema e como se deu a sua abrangência ao longo do tempo.

1.1 Conceito e História do Racismo/Xenofobia

A etimologia da palavra grega “xenofobia” exprime a aversão que um indivíduo pode ter àquilo que é estrangeiro ou ao ser estrangeiro, sendo “*xénos*” o mesmo que estrangeiro e “*phóbos*” seria o equivalente a medo, conforme o antropólogo Diop (*apud* WEDDERBURN, 2007) acredita que este “reflexo de medo” seria o elemento suscitador da xenofobia e que pode incitar uma espécie de reação defensiva nas pessoas contra estrangeiros.

Desde os primórdios da civilização, já era possível identificar a distinção feita entre os seres humanos através dos gregos e romanos em “superiores” e “inferiores” ou “bárbaros” e “civilizados” e ainda em “aqueles que nasceram para serem livres” e “os que nasceram para serem escravos” (WEDDERBURN, 2007). O mesmo autor retrata que essa denominação evidencia o profundo teor xenofóbico que tal civilização possuía ao presumir e considerar que todo e qualquer estrangeiro era um “bárbaro” e a eles cabiam o seu principal modo de “produção”: a escravidão, também válida para os descendentes da civilização em raras exceções. Ainda no que se refere a xenofobia, é importante notar que o cidadão ateniense para ser considerado como tal e ter os seus direitos civis garantidos, era necessário que sua filiação fosse proveniente da cidade de Atenas; essa condição possibilitava a abertura para este tipo de discriminação para com os imigrantes, vistos como uma ameaça para sua civilização.

Na obra “O racismo através da história: da antiguidade a modernidade” (WEDDERBURN, 2007) é citado diversas contribuições da visão do antropólogo Cheik

Anta Diop diante dessa temática: o mesmo caracteriza o universo greco-romano como a tradicional família patriarcal e a cidade-estado; assim formando a equação de um homem ocupando o lugar central, juntamente com o atributo patriótico das cidades-Estados greco-romana que será igual à visão do Outro como estrangeiro. Wedderburn afirma:

Com efeito, a assunção da noção de estrangeiro como um fora-da-lei gerou, explica Diop, um sentimento de patriotismo interno, e, ao mesmo tempo, o sentimento de medo e repulsa pelo Outro. A xenofobia configurou-se como um dado imanente das sociedades que se constituíram nesse berço civilizatório. (WEDDERBURN, p. 109, 2007.)

Na obra do autor Vijay Prashad (2001), “Everybody was Kung-Fu fighting”, é relatado que essa aversão ao estranho também esteve presente no século XV, precisamente no desembarque do navegador Vasco da Gama no Oceano Índico¹; sabe-se que este território já se encontrava habitado antes de sua chegada, e até mesmo durante a época de Da Gama, o Oceano Índico fora influenciado pela contradição entre o cosmopolitismo e a xenofobia, pela sua abertura e reclusão para o mundo. Se tratando deste último, não se diferenciava tanto daquela que era praticada pelos portugueses, como é retratado no texto:

A reclusão, a xenofobia, não foi tão diferente em espécie do que a importada pelos Portugueses no Oceano Índico. Por exemplo, as pessoas do oceano, assim como os Europeus, se viam como superiores para aquelas pessoas que não falavam sua língua e eles chamavam essas pessoas ininteligíveis de bárbaros. Bárbaros deriva da antiga palavra grega para indicar aqueles que fazem sons de “bar, bar”, muito indistinta para ser considerada uma língua. Para os Gregos, estar sem um idioma era estar fora do alcance da humanidade² (PRASHAD, p. 03, 2001.).

O autor faz alusão à variação que a xenofobia sofre em diferentes continentes, como na Ásia e África; e a semelhança encontrada em ambas populações seria o fato de suas noções de distinção serem baseadas no intercâmbio cultural, e não na cor da pele.

¹ Vasco da Gama foi um exímio navegador e comandante português da grande expedição Portugal - Índia; Ao longo da mesma, novos territórios foram descobertos e pontos para comércio instalados. No ano de 1498 chegou em Calicute, na Índia, rota do comércio que dava acesso às riquezas do Oriente. Tal viagem pôde ser imortalizada na obra Os Lusíadas, de Luís de Camões.

² Tradução livre: “*The closedness, the xenophobia, was not so different in kind from that imported by the Portuguese into the Indian Ocean. For example, the peoples of the ocean, like the Europeans, saw themselves as superior to those people who did not speak their languages and they called these unintelligible people barbarian. Barbarian derives from an ancient Greek word to indicate those who make “bar, bar” sounds, far too indistinct to be considered a language. For the Greeks, to be without a language was to be outside the ken of humanity*”

Além disso, Vijay (2001) enfatiza que a evidência que se possui da esfera do Oceano Índico demonstra que as pessoas desenvolveram formas ignorantes de etnocentrismo e xenofobia:

Da chegada de da Gama em diante, tradições de xenofobia no mundo do Oceano Índico foram transformadas em teorias conservadoras de raça que emergem das experiências da Europa com a escravidão de seres humanos para o lucro, mais notavelmente no comércio atlântico de escravos³(PRASHAD, p. 06, 2001).

Posteriormente, é verificado um momento em que as concepções de xenofobia deixam de ser baseadas em uma mera supremacia linguística ou cultural, e passa a ser retratada como uma repulsa àquilo que é de origem racial diferente; ou seja, o conceito de raça se sobrepõe ao de cultura, e o marco principal deste, tem início com a ascensão europeia nas terras colonizadas por estes e através do exercício da inferiorização para com os habitantes natos.

Diante de concepções acerca da “raça”, na publicação “¡Que tal raza!”, Quijano (1998) reitera a sua origem diante da descoberta da América, onde as diferenças fenotípicas eram bastante acentuadas entre os colonizados, os índios, e os conquistadores, os castelhanos principalmente. Contudo, os primeiros povos dominados e os quais os europeus aplicavam a ideia de “cor”, não foram os índios e sim, os escravos negros afastados de suas origens para serem sequestrados e negociados.

Ainda referente a esta publicação, Quijano sugere que usar termos relacionados a “cor” seria uma espécie de construção ideológica, que passa a ser utilizada a partir do século XVII com a expansão da escravidão dos africanos na América do Norte e Antilhas Britânicas:

Primeiro de tudo, é indispensável para abrir amplamente a questão do termo “cor” referido as características das pessoas. A mesma ideia de “cor” nessa relação é uma construção mental. Se foi dito que há “cores” políticos (“vermelhos”, “negros”, “brancos”), todo mundo está, presumidamente, disposto a pensá-lo como uma metáfora. Mas curiosamente não ocorre assim quando se diz que alguém é da “raça branca”, ou “negra”, “índia”, “pele vermelha” ou “amarela”!⁴ (QUIJANO, p. 03, 1998.)

³ Tradução livre: “From da Gama’s arrival onward, traditions of xenophobia in the Indian Ocean world were transformed into the hidebound theories of race that emerge from Europe’s experiments with the enslavement of human beings for profit, most notably in the Atlantic slave trade”

⁴ Tradução livre: “Primero que todo, es indispensable abrir de par en par la cuestión del término “color” referido a las características de las gentes. La idea misma de “color” en esa relación es un constructo mental. Si se dice que hay “colores” políticos (“rojos”, “negros”, “blancos”), todo el mundo está,

O autor também propõe um comparativo entre raça e gênero, diante do padrão de classificação social largamente duradouro onde a resistência crescente às discriminações de ambos é uma dimensão da atual crise de padrão mundial de poder vigente.

Porque na relação patriarcal entre macho e fêmea, o que se registra é que um dos “gêneros” é “superior” ao outro. Não o sexo como tal, ou somente pela extensão da construção de gênero. O sexo é uma construção, como “gênero” é. É tempo, portanto, de concluir que “cor” não é a “raça”, mas em termos de uma construção a outra. Na verdade, “cor” é um modo tardio e eufemístico de dizer “raça” e não se impõe mundialmente, mas desde o fim do século XIX”.⁵ (QUIJANO, p. 05, 1998.)

Diop é citado mais uma vez em “O racismo através da história: da antiguidade a modernidade” (2007) para retratar sua concepção de que o fator das aparências físicas distintas seriam um papel regulador nas relações e na conduta humanas. Volta-se então para a questão do fenótipo, avaliado como único fundamento plausível na Antiguidade capaz de tornar fixa a agressão racial e que é devido a este fator que ao longo da História houvera embates por questões étnicas, confrontos e destruição:

Ao longo da história, é o fenótipo que tem sido o problema; não devemos perder este fato de vista. O fenótipo corresponde a uma realidade, pois a aparência física é uma realidade. [...] É esse tipo de relação que tem desempenhado um papel na história” (DIOP *apud* WEDDERBURN, p. 367, 2007.)

Desse modo, são retratadas algumas dicotomias que diferem o estrangeiro do nacional, como é construída essa ideia de que a xenofobia não se limita somente a rejeição ao estrangeiro pela sua definição em si, mas fazendo com que as diferenças culturais também se tornassem um fator imprescindivelmente capaz de justificá-la. Em seguida, surgem as diferenças raciais como princípio de classificação social, que pode ser atribuído ao período de colonização, em que a raça é tida como um critério de inferiorização e a depreciação da cultura alheia é característico.

presumiblemente, dispuesto a pensarlo como una metáfora. Pero curiosamente no ocurre así cuando se dice que alguien es de "raza blanca", o "negra", "india", "piel roja" o "amarilla!"

⁵ Tradução livre: “Porque en la relación patriarcal entre varón y mujer, lo que se registra es que uno de los “gêneros” es “superior” al otro. No el sexo como tal, o sólo por extensión a partir de la construcción de “gênero”. El sexo no es un constructo, como “gênero” lo es.

Es tiempo, pues, de concluir que “color” no es a “raza” sino en términos de un constructo a otro. De hecho, “color” es un modo tardío y eufemístico de decir “raza” y no se impone mundialmente sino desde fines del siglo XIX.”

1.2. Os Aspectos Precursores do Colonialismo que Incitaram o Racismo Contemporâneo

Pode-se afirmar que a evolução do racismo está intrinsecamente associada com o processo colonizador moderno que fora exercido por países como Portugal e Espanha, na época das Grandes Navegações. Tal processo se diferenciava de acordo com o que território a ser explorado poderia oferecer; mas pelo menos uma característica em comum é deixada como legado por todos esses colonizadores: a sua opressão em relação ao colonizado. (MASCENA e LUCIO, 2011).

Isso, além de implicar na imposição de sua cultura e valores como padrões ideais a serem seguidos, ocasiona a expansão do racismo e a auto depreciação do indivíduo colonizado, que tem suas raízes culturais inferiorizadas e sofre com a discriminação. O “Discurso sobre o Colonialismo” (2006) de Aimé Césaire é uma obra que retrata os efeitos opressores do mesmo e a lógica que é seguida e descrita pelo autor como “equações desonestas”: cristianismo = civilização, paganismo = selvageria. (MASCENA e LUCIO, 2011). A inferiorização é evidenciada ao notar o princípio básico da postura colonizadora e a negação de outro:

Negar a cultura, a religião, a tradição, a língua, os costumes, as raízes, enfim, negar tudo o que o outro possui é impor os princípios do colonizador como modelo a ser seguido e admirado. Esse discurso vem sendo propagado durante séculos de forma cruel e repressora. (MASCENA e LUCIO, 2011).

Ainda é representada outra característica que faz parte da essência do colonialismo, a desumanização do indivíduo:

[...] a colonização desumaniza, repito, mesmo o homem mais civilizado; que a ação colonial, a empresa colonial, a conquista colonial, fundada sobre o desprezo pelo homem indígena e justificada por esse desprezo, tende, inevitavelmente, a modificar quem a empreende; que o colonizador, para se dar boa consciência se habitua a ver no outro o animal, se exercita a tratá-lo como animal, tende objetivamente a transformar-se, ele próprio, em animal (CÉSAIRE, pp. 24 e 25, 2006.).

Ainda de acordo com esse contexto, é trazido à tona mais uma obra que exprime a relação entre colonizador, ou seja, o branco e o colonizado, o negro: “Pele negra, máscaras brancas” (FANON, 2008) aborda os impactos psicológicos que o colonialismo

causara nos oprimidos; o autor, um psiquiatra, enfatiza o perturbador complexo do negro consigo mesmo e conseqüentemente, com sua raça. Assim: “a desvalorização da raça é vista pela negação do que o outro representa. Ou seja, o simples fato de ser negro já extingue qualquer possibilidade de ser civilizado ou até de possuir um simples talento”. (MASCENA, LUCIO, 2011). Esse complexo se refletia inclusive no modo de falar, na linguagem desses indivíduos oprimidos; àqueles que possuíam o bom domínio do francês, idioma do colonizador, chegavam a ser temidos pela sociedade, como pode ser observado no trecho: “Em um grupo de jovens antilhanos, aquele que se exprime bem, que possui o domínio da língua, é muito temido; é preciso tomar cuidado com ele, é um quase-branco. Na França se diz: falar como um livro. Na Martinica: falar como um branco” (FANON, p. 36, 2008).

Fica claro o momento em que o fator cultural é oprimido nesta obra, conforme Fanon: “Todo povo colonizado — isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural — toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana”. (FANON, p. 34, 2008.).

Esta opressão exercida pelos europeus diante da cultura estrangeira, abre espaço para a marginalização, situação retratada por Mudimbe (1988) na obra “A invenção da África: Gnose, filosofia e ordem do conhecimento”: “A marginalidade designa o espaço intermédio entre a denominada tradição africana e a modernidade projectada do colonialismo”. Depois afirma que:

[...] este espaço intermédio poderia ser visto como a principal expressão do subdesenvolvimento, revelando a forte tensão entre uma modernidade que é frequentemente uma ilusão de desenvolvimento e uma tradição que por vezes reflecte uma imagem fraca de um passado mítico. (MUDIMBE, p. 20, 1988.)

Por fim, Quijano afirma na obra “¡Que tal raza!” (1998) que a **racialização** das relações de poder entre as novas identidades sociais e geoculturais foi o pilar e referência legitimadora fundamental do carácter eurocentrado do padrão de poder material e intersubjetivo, ou seja, sua colonialidade:

Se converteu, assim, no mais específico dos elementos do padrão mundial de poder capitalista eurocentrado e colonial/moderno, e penetrou em cada uma

das áreas da existência social do padrão mundial de poder, eurocentrado, colonial/moderno”.⁶ (QUIJANO, p. 06, 1998.)

Assim, fica perceptível que o desenvolvimento do racismo fora concretizado com a legitimação do colonialismo, e muitos aspectos psicológico-comportamentais puderam ser observados diante da opressão exercida pelos europeus; sendo esta, de início, predominantemente cultural. A inclusão do quesito raça neste tipo de discriminação se dá juntamente com a ascensão do capitalismo e abre espaço para a formação de classificações sociais.

1.3. Os Elementos que Contribuíram para a Consolidação do Racismo Através do Colonialismo

O colonialismo carrega em sua essência, diversos aspectos que “estereotipam” àquilo que lhe é considerado “estranho” – e que, conseqüentemente, pode vir a incitar o racismo/xenofobia. Na obra “Orientalismo” (SAID, 2004) é possível observar a construção que é feita do “outro”, mais precisamente do Oriente/Oriental; neste, é relatado o caso do ex primeiro-ministro inglês Arthur James Balfour, detentor de uma sólida experiência política, que estava designado a discursar acerca dos problemas que era preciso enfrentar no Egito.

Simultaneamente, alguns membros do Parlamento questionavam a então necessidade da presença da “Inglaterra no Egito”, e então o próprio Balfour questiona: “*Que direito tem vocês de adotar esses ares de superioridade a respeito de um povo a que decidem chamar oriental?*” (SAID, p.36, 2004.); o mesmo reitera em seu discurso o fato de não querer adotar uma atitude de superioridade, no entanto, é enfático ao comentar dos problemas colocados a ele, um estadista britânico em posição de **supremacia** em relação as raças como a do Egito e outros países orientais e se julga conhecedor íntimo da civilização egípcia.

É salientado, no discurso de Balfour, que a questão do conhecimento acerca de um objeto confere a ele o poder de autoridade sobre ele:

⁶ Tradução livre: “*Se convirtió, así, en el más específico de los elementos del patrón mundial de poder capitalista eurocentrado y colonial / moderno, y penetró cada una de las áreas de la existencia social del patrón de poder mundial, eurocentrado, colonial / moderno*”.

E autoridade significa, neste caso, que lhe negamos a autonomia – ao país oriental – por que o conhecemos e ele existe, em certo sentido, como o conhecemos. O conhecimento britânico do Egito é o Egito para Balfour, e o peso do conhecimento faz com que questões como a da superioridade e da inferioridade pareçam não ser importantes. (SAID, p. 37, 2004.)

Contudo, é enfatizado no texto que Balfour não se lembrou de deixar o egípcio falar por si, uma vez que a expectativa era de que qualquer egípcio que o fizesse seria “ o agitador [que] deseja criar problemas” (SAID, 2004). O autor ainda aborda essa relação de autoridade e conhecimento, como segue no trecho:

A Inglaterra conhece o Egito; o Egito é aquilo que a Inglaterra conhece; a Inglaterra sabe que o Egito não é capaz de se autogerir; a Inglaterra confirma este saber ocupando o Egito; para os egípcios o Egito é aquilo que a Inglaterra ocupou e presentemente governa; a ocupação estrangeira, por conseguinte, torna-se “o principal fundamento” da civilização egípcia contemporânea; o Egito requer, exige mesmo, a ocupação britânica. Mas se a especial intimidade, que existe entre aquele que governa e aquele que é governado no Egito, é perturbada pelas dúvidas do Parlamento na metrópole, então “ a autoridade daquela [...] que é a raça dominante - e que, parece-me, deve continuar a ser a raça dominante – foi abalada. (SAID, p. 39, 2004.)

O texto mais uma vez coloca em pauta a questão da superioridade do Ocidente em relação ao Oriente, ressaltando o papel de Balfour para este, onde ele falaria em nome do mundo civilizado, e se não fala diretamente em nome dos orientais, deve-se ao fato destes possuírem um idioma distinto; e apesar disso, afirma estar ciente de como eles se sentem já que conhece a sua história, além da confiança que depositam nele e as expectativas que os orientais têm:

Ainda assim, Balfour fala por eles no sentido em que o tivessem para dizer, caso fossem inquiridos e pudessem responder, confirmaria (desnecessariamente) aquilo que é óbvio; que são uma raça de súbditos, dominada por uma raça que os conhece e que sabe o que é melhor para eles, que os conhece até melhor do que eles próprios. (SAID, p. 39, 2004.)

Então, a partir do ponto de vista eurocêntrico, aquilo que tem como origem o Oriente – bem como, qualquer outro contexto que difere da realidade europeia - é descrito e legitimado consoante as características que o ocidental atribui a este; também é observada a constante intervenção do Ocidente em esferas e matérias alheias a suas, fator que pode ser encontrado nos aspectos que consolidam o racismo: marginalizando o estrangeiro e reafirmando o traço pertencente ao processo colonizador.

Ainda no tocante ao pensamento moderno ocidental, Boaventura (2009) enfatiza que se trata de um pensamento abissal, ou seja, um sistema de distinções tanto visíveis quanto invisíveis, com a primeira fundamentado a segunda:

As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’. A divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. (BOAVENTURA, p. 23, 2009.)

Portanto, tudo aquilo que é tido como inexistente é excluído radicalmente pois permanece alheio ao universo, sendo então caracterizado como o “outro”. Boaventura (2009) ainda refere-se à dicotomia “regulação/emancipação” como cabível apenas para sociedades metropolitanas, enquanto a que se encaixaria para o território colonial seria a dicotomia “apropriação/violência”.

Aníbal Quijano traz à tona em sua obra “Cuestiones y Horizontes” (2014) a polêmica afirmação de que o capitalismo também seria um fator determinante para o desenvolvimento do colonialismo e, assim, daria cabimento à abrangência do conceito de classificação social. Este conceito é inicialmente reconhecido pelo seu embate com a teoria das classes sociais que, de acordo com o mesmo, o que estaria de fato em jogo é a questão do poder na sociedade.

Na então crise do padrão mundial de poder vigente relatada no ano de publicação do artigo, na década de 90, as relações de classificação social da população são as mais profundamente afetadas, como é destacado no trecho:

“Essas relações tem combinado, variavelmente, todas as formas de dominação social e todas as formas de exploração do trabalho. Mas em uma escala mundial seu eixo central foi, mesmo em declínio, ainda é a associação entre a mercantilização da força de trabalho e a hierarquização da população mundial em termos de “raça” e de “gênero”.⁷ (QUIJANO, p. 02, 1998.)

Quijano (1998) ainda destaca que o mundo do capitalismo é histórico-estruturalmente heterogêneo, e as relações entre suas partes e regiões não são necessariamente contínuas. O que significa que a crise do padrão capitalista colonial/moderno de classificação social da população mundial possui ritmos e

⁷ Tradução livre: “*Esas relaciones han combinado, variablemente, todas las formas de dominación social y todas las formas de explotación del trabajo. Pero a escala mundial su eje central fue - aunque en declinación, todavía es - la asociación entre la mercantización de la fuerza de trabajo y la jerarquización de la población mundial en términos de "raza" y de "género"*”

calendários diferentes em cada área do mundo capitalista. Essas descontinuidades tornam precisamente clara essa crise; pois, graças a ela, parece ter começado a ser posta em questão a própria ideia de “raça”, não apenas “racismo”.

Este ainda defende que o conceito de classificação social nesta proposta, diz respeito aos processos de longo prazo onde os indivíduos disputam os controles dos meios básicos de existência social e de cujos resultados está configurado um padrão de distribuição do poder focado em relações de exploração/dominação/conflito entre a população de uma sociedade numa determinada história. Além disso, esta relação não se resume somente nas “de produção” nem a “ordem e autoridade”, mas sim ao controle nas suas mais diversas variações, como no trabalho, da “natureza”, do sexo, assim como nos lugares e papéis das pessoas neste controle.

Ainda de acordo com Quijano, na América, no capitalismo mundial/colonial/moderno os indivíduos classificam-se e são classificados segundo três linhas diferentes articuladas em uma estrutura global comum pela colonialidade do poder: trabalho, raça e gênero:

O primeiro implica o controle da força de trabalho, dos recursos e produtos do trabalho, o que inclui os recursos “naturais”, e é institucionalizado como “propriedade”. O segundo implica o controle do sexo e seus produtos (prazer e descendentes), em função da propriedade. A “raça” foi incorporada no capitalismo eurocentrado em função de ambos eixos. E o controle da autoridade se organiza para garantir as relações de poder assim configuradas”.⁸ (QUIJANO, p. 313, 2014.)

A produção social da categoria “gênero” a partir do sexo, seria a mais antiga na história social, segundo Aníbal Quijano; já a produção da categoria “raça”, partindo do princípio do fenótipo, é relativamente recente e a total incorporação da classificação de pessoas e as relações de poder detém quinhentos anos, iniciando na América juntamente com a globalização do padrão de poder capitalista.

Então, o fenótipo foi posteriormente adicionado a equação dos atributos da espécie que influenciaria na classificação social. Neste caso, o sexo e a idade são

⁸ Tradução livre: “*El primero implica el control de la fuerza de trabajo, de los recursos y productos del trabajo, lo que incluye los recursos “naturales”, y se institucionaliza como “propiedad”. El segundo implica el control del sexo y sus productos (placer y descendencia), en función de la propiedad. La “raza” fue incorporada en el capitalismo eurocentrado en función de ambos ejes. Y el control de la autoridad se organiza para garantizar las relaciones de poder así configuradas*”.

considerados atributos biológicos diferenciais mesmo que seu lugar nas relações de exploração/dominação/conflito esteja ligado a elaboração de tais como categorias sociais. No entanto, a força de trabalho e o fenótipo não se encaixam neste pressuposto, como no trecho em questão:

“ A cor da pele, a forma e a cor do cabelo, dos olhos, da forma e tamanho do nariz, etc., não tem nenhuma consequência na estrutura biológica da pessoa e, certamente, menos ainda em suas capacidades históricas”.⁹ (QUIJANO, p. 317, 2014.)

Desse modo, o autor reforça a ideia de que o fator biológico nada tem a ver com a classificação social e distribuição de poder:

Em outras palavras, o papel que cada um desses elementos desempenha na classificação social, isto é, na distribuição de poder, não tem nada a ver com a biologia nem a “natureza”. Tal papel é o resultado das disputas pelo controle dos âmbitos sociais.¹⁰ (QUIJANO, p. 317, 2014.)

Diante das questões vistas neste ponto, podemos concluir que a perspectiva eurocêntrica prevalece em boa parte das construções idealizadas a respeito das noções associadas ao racismo. Tratam-se de argumentos excludentes, que priorizam uma superioridade característica do Ocidental. Ainda é revisto outros tópicos que contribuem para a consolidação e desenvolvimento do racismo, contudo, a ideia de que a distinção cultural é um fator determinante para a abrangência desta violência ainda é preferível ao princípio biológico.

⁹ Tradução livre: “*El color de la piel, la forma y el color del cabello, de los ojos, la forma y el tamaño de la nariz, etc., no tienen ninguna consecuencia en la estructura biológica de la persona y, ciertamente, menos aún en sus capacidades históricas.*”

¹⁰ Tradução livre “*En otros términos, el papel que cada uno de esos elementos juega en la clasificación social, esto es, en la distribución del poder, no tiene nada que ver con la biología, ni con la “naturaleza”. Tal papel es el resultado de las disputas por el control de los ámbitos sociales*”.

CAPÍTULO 2 – O CONTEXTO HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO

Nesta segunda parte, será abordada a imigração com foco principal na atemporalidade deste processo, ou seja, a sua constante presença no contexto internacional, indo desde o início da Revolução Industrial até os processos de Unificação de países e a eclosão das Guerras, que contribuíram para a evasão de habitantes do Velho Continente.

Além disso, será observada como decorreu a mudança de perspectiva após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) no que diz respeito à inversão dos sentidos migratórios. Com o auxílio do advento de teorias que enalteciam a Europa, assim como o estabelecimento da Descolonização Afro-Asiática, fez com que a Europa se tornasse o destino mais almejado para aqueles que pretendiam vivenciar novas experiências.

Tais acontecimentos influenciaram o ressurgimento de manifestações racistas, e isso poderá ser observado através do receio que ainda prevalece em determinadas atitudes exercidas pelos Estados componentes da União Europeia, como a sua reclusão para migrantes específicos e realocando essa temática como parte de sua Segurança Nacional.

Por fim, o papel dos Regimes Internacionais de Imigração, seriam peças fundamentais para regularizar e assegurar as condições destes migrantes, no entanto, não parece tão bem aceita pelos Estados.

2.1 A Trajetória do Processo Migratório durante os Séculos XIX e XX: a Europa como Centro de Emigração

Os fluxos migratórios fazem parte da realidade humana, desde os primórdios da humanidade, vindo a ter uma significativa relevância principalmente no período da Revolução Industrial, que ocasionou uma mobilidade sócio espacial até então nunca vista antes. Tal Revolução também conseguiu agregar inovações tecnológicas, como o aperfeiçoamento da máquina a vapor, que possibilitou a criação de navios a vapor:

transporte fundamental para os as pessoas que desejavam cruzar os oceanos. (PRIES, 1999)

Simultaneamente, a Europa presenciou uma intensa emigração (NUNES,2012) onde o capitalismo e a modernização favoreceram o declínio da mortalidade e provocou um acelerado crescimento populacional; sendo este último, um fator que impulsionou fluxos migratórios provenientes da periferia em direção ao centro do continente (OKOLSKI *apud* NUNES, 2012).

Entretanto, essa progressiva evasão de europeus foi ocasionada também por processos de perseguição à puritanos e vítimas da unificação de Estados, como a Alemanha e Itália. No que se refere ao primeiro, as disputas políticas e questões sociais na Inglaterra giravam em torno das sucessões dinásticas, perseguições religiosas e do despovoamento dos campos (STRUCK, 2015).

Com a criação da religião anglicana¹¹, propagada e defendida pelo rei Henrique VIII, a perseguição aos puritanos¹² causou o seu deslocamento para a América do Norte, buscando praticar e difundir sua religião de maneira livre; também houvera a expulsão de grande parte da população camponesa devido aos processos de cercamento de terras, determinado por grandes latifundiários gerando um inchaço populacional urbano e fazendo com que parte da população abandonasse o país: “ [...] os fechamentos do século XVIII foram realizados com a proteção da lei. "Leis de Fechamento" baixadas por um governo de latifundiários e para os latifundiários eram a ordem do dia” (HUBERMAN, p. 148,1981).

O autor ainda traz um trecho que retrata a real intenção destes grandes empresários da época, como no trecho: “Não se pense que os donos de terra estavam expulsando os camponeses para proporcionar uma força de trabalho à indústria. Isso jamais lhes ocorreu. Estavam interessados apenas em arrancar maiores lucros da terra” (HUBERMAN, p.149, 1981).

As unificações tanto da Alemanha quanto da Itália ocorreram no ano 1871, e também foram responsáveis pela massiva saída de habitantes dos respectivos países. Em ambos os casos, tal processo político ocorreu devido a fragmentação existente nos dois

¹¹ Também conhecida como a “Reforma Anglicana”, baseou-se numa decisão do rei inglês rei Henrique VIII de mudar a religião oficial do país, criando uma igreja oficial com ritos similares ao do catolicismo, mas que teria como líder supremo um rei, ao invés do papa.

¹² O puritanismo foi uma doutrina protestante baseada no Calvinismo, que prezava por princípios morais rígidos e possuía um método simples de adoração, praticados na Inglaterra durante o século XVI, em que os preceitos se pautavam no cristianismo puro.

territórios, no entanto, haviam diferenças expressivas entre os povos de cada estado, o que acabou contribuindo para a emigração. (SARAIVA, 2007)

Além disso, esse processo de deslocamento de milhões de migrantes europeus para os demais continentes, pretendia não somente liberar alguns países de seu excedente demográfico como também corresponder às necessidades de ocupação demográfica de países como Estados Unidos, Argentina, Brasil, entre outros (BRITO, p. 56, 1995). Já em relação aos contextos da África e Ásia, é possível observar a configuração de mais uma fase do colonialismo:

Não só a população se expandia pelo mundo em direção às Américas e à Austrália, como também o capital avançava na direção da conquista dos continentes africano e asiático e do controle político da América Latina. As grandes potências europeias promoveram um novo colonialismo em que a conquista política quase sempre significaria, efetivamente, um controle territorial. A Ásia e África, principalmente, foram repartidas em colônias com o objetivo não da ocupação demográfica e da construção social, mas sim da subordinação pela força. (BRITO, p. 80, 2013.)

O mesmo autor ainda afirma que a “aquisição” dessas colônias era de grande importância pela sua capacidade de fornecer bens primários como produtos agrícolas e minerais, fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo nos países centrais; “As articulações econômicas, sociais e políticas do velho com o novo mundo, seja pela expansão demográfica ou pela conquista imperialista, abriram caminhos para as migrações e a internacionalização dos mercados”. (BRITO, p. 80, 2013.)

Outro acontecimento marcante na história europeia que provocou a saída de milhares de pessoas em direção a outros países foi a ascensão do Nazismo na Alemanha, onde a maior parte destes refugiados era composta por pessoas de origem judaica, opositores políticos e religiosos e perseguidos pelo regime. (SARAIVA, 2007). Assim, os processos de dispersão dos migrantes europeus obtiveram os seus auge em épocas e contextos distintos. Esse fenômeno se manteve constante no decorrer do tempo, contudo, houvera uma intensa diminuição com o pós-Guerra e a progressiva reconstrução da Europa.

Um fator que gerou diminuição na emigração europeia foi a implantação do chamado “Estado de Bem-Estar Social” (*Welfare State*): após a Segunda Guerra Mundial, em meados dos anos 1970, um período de notável desenvolvimento econômico possibilitou uma repartição equitativa quanto aos ganhos na sociedade; esse Estado era a representação de um padrão de proteção social no qual o risco se estendia a

todos, de modo que um problema da coletividade e a segurança eram um direito de cidadania. Por isso, foi possível notar uma pausa neste processo de migração devido ao padrão de vida alcançado pelos europeus (ESTANQUE, 2012):

Vários foram os fatores que contribuíram para a estruturação de um Estado de Bem-Estar Social: alguns políticos, como a aversão ao risco e o "consenso" keynesiano, outros econômicos, como o alto crescimento do PIB e da produtividade. Os principais desdobramentos sentidos durante o período em que vigorou o Welfare State foram, sem dúvida, a elevação da participação do Estado na economia, com um aumento significativo do gasto público e um acréscimo mais do que proporcional do emprego público. (ESTANQUE, 2012)

Diante de diversos acontecimentos históricos tendo a evasão e migração de pessoas como ponto central, a Europa ainda se configura como o principal emissor. Contando com diferentes situações que influenciaram esse movimento, é evidente o pioneirismo europeu no povoamento de civilizações de outros continentes; posteriormente, é notado o intervalo neste processo de evasão devido a progressiva recuperação do Velho Continente em virtude do Pós-Guerra, em que este se torna mais um marco histórico que repercutiu no âmbito internacional de tal maneira, que foi capaz de modificar o “tradicional” sentido do fluxo das migrações.

2.2 Centro-Periferia na Era da Globalização: Os “Novos” Fluxos Migratórios

Em seguida, houvera uma inversão na origem dos fluxos migratórios: a Europa que antes era a precursora deste movimento em direção a outros continentes, passou a ser o principal destino para aqueles que buscam melhorias de vida; isso se devia a crescente difusão do ideal de “Primeiro Mundo”, oriunda da Teoria dos Mundos¹³, assim como da efetivação das Descolonizações nos continentes africano e asiático.

O contexto da descolonização Africana começou a dar seus primeiros indícios nos anos 1950, porém, foi na década seguinte e na de 1970 que ocorreram de fato, as lutas pelo fim da imposição europeia em seu território. Há diversas teorias que buscam explicar esse processo: algumas concentram-se entre período colonial e o independente,

¹³ Denominação dada as subdivisões do mundo de acordo com sua importância econômica no período Pós-Guerra (1945 e 1990), no entanto depois deste período, as disparidades entre os mundos já não eram tão significativas, fazendo com que a teoria caísse em desuso. Segundo essa classificação, as nações desenvolvidas constituíam o Primeiro Mundo; as antigas nações socialistas constituíam o Segundo Mundo e as demais, o Terceiro Mundo.

outras atribuem ao declínio de poder das metrópoles, a fragilidade econômica destas e as redefinições estratégicas de seus interesses nacionais; há também os que preferem pensar que a Guerra Fria seria a razão das independências, e a última linha de interpretação, destaca a força dos nacionalismos afro-asiáticos. (SARAIVA, 2007)

Tais teorias, isoladamente, parecem ser incapazes de explicar a tamanha mudança ocorrida na África e Ásia; no entanto, se reunidas, vinculadas de modo equilibrado e observadas as peculiaridades de cada região, será possível notar que estas possuem uma correlação entre si que fornecem elementos ricos para a sua compreensão. Saraiva (2007) constata que o contexto doméstico das metrópoles teve relevante influência na descolonização, porém, esta teoria não explica a força dos nacionalismos afro-asiáticos; e também fala do papel das potências neste processo:

As superpotências, embora tivessem incontestável poder global, não interferiram diretamente na maioria dos casos de descolonização afro-asiática senão após este processo ter se iniciado. A presença mais ativa dos Estados Unidos e da União Soviética em alguns países e regiões era compensada pela quase total indiferença em outros. (SARAIVA, p. 221, 2007)

É válido ressaltar que a movimentação de imigrantes não se limitou apenas ao continente europeu, e isso é evidenciado a partir da década de 1980: Tal movimento foi se expandindo e multiplicando para outros países em ascensão, como Estados Unidos, Canadá, Japão e Austrália, inclusos na denominação da Teoria dos Mundos. (BRITO, p.56, 1995)

Portanto, dispondo de um cenário que reunia a independência de antigas colônias e a crescente projeção de países europeus como ideais do “Primeiro Mundo”, despertou-se o interesse do “resto do mundo” em se deslocar para o lugar que estivesse se sobressaindo economicamente e que oferecia melhor estrutura para aqueles que buscavam um recomeço. Sendo assim, esses dois fatores podem explicar, de forma breve, as motivações para o deslocamento dos migrantes provenientes das Américas, África e Ásia rumo ao continente europeu.

2.3 O Retorno das Manifestações de Racismo em Virtude das Imigrações

Diante do efetivo contato entre povos de etnias e culturas diferentes, a propensão para a manifestação da xenofobia, variação de uma violência constantemente praticada

pelo europeu, se torna cada vez mais viável e prosseguiu marcando mais uma geração: “A ideologia racial não era uma novidade histórica no século XIX, estando presente no chamado Antigo Sistema Colonial, contemporâneo da expansão marítima do século XVI, que se desdobrou até o início do século XIX”. (BRITO, p.82, 2013)

Nunes (2012) afirma que a Europa sempre teve uma certa resistência no que se refere à temas que tratam de migrações e suas políticas derivadas também nunca foram consensuais, principalmente no que se tratava de imigrantes vindos de países fora da OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – e com heranças e costumes culturais diferentes dos Ocidentais. Assim:

A imigração na Europa é, no entanto, um facto consumado; o tecido demográfico europeu é hoje, mais do que nunca, pluricultural e multiétnico. A mobilidade demográfica europeia acarreta inúmeros benefícios mas também alguns problemas, cujas soluções não são fáceis ou imediatas e exigem por parte de todos os países uma grande flexibilidade e cooperação na sua resolução. (NUNES, p.12, 2012)

Nunes (2012) ainda discorda que haja uma íntima ligação entre o racismo e a imigração contemporânea na Europa, afirmando que o discurso de integração tende a neutralizar e trivializar o racismo e os discursos políticos dentro da mesma, e que muitas vezes, esses têm sido usados como formas para acentuar a relação de dominação e subordinação entre culturas, dando ênfase a divisão entre o que seria Europa e não-Europa.

Já a autora Rossana Reis (2004) aponta para a ideia de que a imigração e o convívio com imigrantes colocariam em risco a segurança e integridade do Estado, tornando-se então, uma questão de segurança nacional; esta situação influencia a população do país receptor de tal maneira, que pressionam o governo visando incentivar a sua reclusão para a imigração, seja por motivos de crise econômica, ou ameaça do terrorismo e narcotráfico, ou pela xenofobia:

A existência de grupos de pressão com interesses tão díspares, aliados a interesses econômicos e políticos de outras naturezas, contribuiu para a formulação de políticas de imigração e nacionalidade complexas e, muitas vezes, incoerentes, que acabam não satisfazendo a nenhum dos lados e sendo taxadas de ineficazes, tanto pelos que defendem um fechamento maior, como pelos que defendem uma maior liberalização das fronteiras. (REIS, p.160, 2004.)

É preciso levar em conta também que as sociedades receptoras de imigrantes, principalmente, possuem concepções distintas acerca de nação – devido também a sua pluralidade – então: “diferentes grupos com concepções de nação diversas tentam impor sua visão de nação ao processo de construção das fronteiras por meio das políticas de migração e nacionalidade” (REIS, p. 160, 2004).

Baseando-se em Hannah Arendt, Brito (2013) irá reforçar que as ideologias raciais ressurgiram em muitos países desenvolvidos e serviram de cenário para a discriminação étnica inerente as políticas de restrições às migrações internacionais. E é justamente essa situação, de trânsito massivo de imigrantes e a sua óbvia intenção de permanência em outro país, que surgira a necessidade de encontrar meios de regularização para a entrada e saída destes.

2.4 A Consolidação dos Regimes Internacionais de Migração

Uma clássica definição de regimes é consoante com Krasner (2012) em que estes seriam princípios, normas e regras implícitas ou explícitas e procedimentos de tomada de decisões de determinada área das relações internacionais dos quais convergem as expectativas dos atores. Tal conceito é compatível com uma outra formulação elaborada por Keohane e Nye (1977), o qual é descrito como “conjunto de arranjos de governança” incluindo redes de regras, normas e procedimentos que regulam comportamentos dos atores e controlam os seus efeitos.

No ponto de vista de Keohane (1993), em determinados contextos as decisões negociadas e tomadas de forma coletiva teriam uma maior eficácia do que se tomadas de forma unilateral e individual; isso explicaria então, a demanda por regimes internacionais por parte dos Estados. Esses regimes, advêm de uma cooperação prezando a garantia aos seus agentes participantes, uma maior efetividade de suas posições que são tomadas sobre assuntos de grande relevância para todos os membros envolvidos nesse processo.

O estabelecimento de um regime internacional voltado exclusivamente para a análise e regularização de imigrantes seria de extrema importância para o cenário contemporâneo. Sendo a região da Europa o foco principal deste trabalho, que ao mesmo tempo comporta uma influente instituição internacional como a União Europeia (UE), é esperada uma atuação conforme a principal característica dos regimes

internacionais, onde uma determinada comunidade internacional converge seus interesses em um tema específico, facilitando uma cooperação entre os Estados envolvidos.

Entretanto, o maior empecilho que atrasa a efetivação desse processo seria a soberania nacional correspondente a cada Estado componente da União Europeia. Segundo Gomes (2014), tal elemento está intimamente ligado à identidade nacional dos países, assim como a maneira que cada um tradicionalmente concebe a imigração e integração dos imigrantes, dentro de seu próprio território; isso irá incluir questões como a concessão de cidadania e os critérios exigidos por cada um para a aquisição da nacionalidade.

Na publicação de Reis (2004), a autora traz a perspectiva das convenções voltadas para os imigrantes de maneira indireta; é destacada que a Declaração dos Direitos Humanos poderia ser utilizada como parâmetro para regular situações ligadas aos Estados receptores e imigrantes, devido à expansão destes no mundo e o seu reconhecimento em âmbito internacional.

Notou-se posteriormente, que tal Declaração não era suficientemente capaz de lidar com questões adversas que ocorrem entre os Estados com os estrangeiros. Diante disso, foi produzida uma legislação específica sobre o tema através da Organização Internacional do Trabalho (OIT), dando origem a Convenção de Imigração para o Trabalho e a Convenção dos Trabalhadores Imigrantes:

Essas duas convenções recomendavam um esforço dos Estados no sentido de divulgar informações que pudessem facilitar o processo de imigração e procuravam garantir que os imigrantes recebessem o mesmo tratamento e tivessem os mesmos direitos que os trabalhadores “nacionais”, independentemente de nacionalidade, raça, religião ou sexo. A segunda incluiu artigos relacionados à questão da imigração ilegal e do tráfico de pessoas, além da inclusão de parágrafos relativos a direitos culturais. No entanto, ambas têm uma baixa taxa de ratificação, sobretudo a segunda (41 países ratificaram a primeira, e somente 18, a segunda). (REIS, p. 152, 2004.)

Mais uma vez, vem à tona a questão da soberania como um enfático empecilho para a consolidação de um regime que possibilite o trânsito e permanência dos migrantes em territórios estrangeiros. Reis (2004) dá destaque a uma série de estudos que apontam para a mudança nas relações entre nacionalidade/cidadania e soberania/imigração. Segundo esta, o fortalecimento de um regime internacional de

direitos humanos, tem forçado os Estados a redefinirem suas fronteiras – tanto interna como externa – devido a universalidade desses direitos: “Esse processo possuiria duas características: de um lado, os Estados estariam vendo sua soberania enfraquecida frente ao indivíduo, de outro, os laços que ligam os direitos de cidadania à nacionalidade estariam se tornando mais fracos” (REIS, p.157, 2004.).

Tal situação induz à conclusão que o Estado seria incapaz de definir quem pode entrar e se estabelecer em seu território, em função de seus próprios interesses; além disso a criação de um regime internacional de direitos humanos conduziria a uma perda de autonomia do Estado no que diz respeito a questões de entrada, à diferenciação entre nacionais e estrangeiros, ao direito de residir permanentemente e aos critérios de nacionalização. (REIS, 2004).

A mesma autora ainda afirma que o Estado não teria mais tanto poder diante da circulação de migrantes entre as fronteiras, assim como a questão da identidade nacional estaria deixando de ser referência principal no que se refere aos direitos de cidadania. Além disso, Reis (2004) relata que a decisão sobre as fronteiras não se trata mais de uma decisão política, pois estas são estabelecidas através de convenções, legislações e tratados internacionais, conforme os critérios ligados aos direitos individuais universais.

Quanto à imigração, é sugerido por Silva (2009) que por se tratar de um “problema” que engloba nações com diferentes níveis de desenvolvimento – principalmente econômico – os governos deveriam encontrar um meio termo e então, regularizar eficientemente esses movimentos:

Sem uma contrapartida para os países que podem oferecer muito pouco em troca, o regime jamais alcançará os seus objetivos. Sobre esse tema, é fundamental que se estabeleçam quais são as vantagens que os países dos quais partem os movimentos encontram com esses fluxos, para assim, poder oferecer-lhes uma contrapartida tentadora. (SILVA, p. 173, 2009.)

Sob essa perspectiva como forma de justificativa desse fluxo migratório, o mesmo autor conclui que os Estados deveriam discutir a efetividade dos meios utilizados por eles, afirmando que o regime gera melhores resultados, ainda que o equilíbrio entre os envolvidos na questão seja complicado. Silva (2009) também ressalta que é justamente nesse embate que o regime se afirma, pois, o desencontro de interesses traria à tona a necessidade deste.

No entanto, a implementação de um regime internacional que fosse acessível a todos os imigrantes e fosse abrangente, parece soar como uma utopia:

Claramente a integração europeia e as políticas de migração implementadas de forma coordenada entre os Estados-membros enfrentam desafios e problemáticas relacionadas ao comprometimento da União Europeia com os direitos humanos e com os princípios democráticos face à criação da “Fortaleza Europeia”. (GOMES, p.144, 2014.)

Baseando-se em Favell, Gomes (2014) também relata que uma das prioridades da cooperação entre os países membros é o reforço das fronteiras e a crescente exigência no controle da entrada de imigrantes que não fazem parte da comunidade internacional:

Esse posicionamento, aliado à crise econômica que atinge o continente, promove uma diferenciação crescente entre europeus e cidadãos extracomunitários, repercutindo no âmbito individual e nacional. Os imigrantes, sobretudo os que permanecem em situação ilegal, são frequentemente marginalizados da sociedade, sofrendo preconceito, xenofobia, racismo e atos de violência. A questão da imigração tem sido politizada em diferentes níveis de eleições e proporcionado clivagens eleitorais baseadas em valores, como o etnocentrismo, o conservadorismo social, a religião e a exaltação de particularismos culturais. (FAVELL *apud* GOMES, p. 143, 2014.)

Levando em conta que o atual contexto da União Europeia ainda não permitiu a implementação de um regime internacional capaz de beneficiar os imigrantes – e parece não haver reais esforços para tanto – os maiores prejudicados são estes que se deslocam de seus países e permanecem marginalizados tanto economicamente quanto socialmente.

Apesar das perspectivas expostas por diversos autores acerca das vantagens da construção de um regime, com a sua inexecução fica evidente a existência de um desafio a ser encarado não só pela U.E., como também por outros países que preferem não abrir mão de sua soberania em prol de uma cooperação entre Estados que convergem seus interesses em comum em prol de um tema específico.

Com esse complexo cenário que se encontra os imigrantes estabelecidos na Europa, aqueles provenientes de regiões como o Norte da África e Oriente Médio se destacam em relação aos demais: o principal motivo se deve às suas origens culturais e

a religião predominantemente islâmica, que estabelece costumes atípicos comparados aos ocidentais.

Manifestações de aversão a estes imigrantes tem se tornando cada vez mais comum no continente, agravando-se ainda mais com episódios de ataques terroristas relacionado à descendência islâmica. Este fator, conduzirá a emergência de uma derivação da xenofobia: a islamofobia, ou seja, a aversão ao islamismo.

CAPÍTULO 3 – OS DESDOBRAMENTOS DO PROCESSO MIGRATÓRIO NA EUROPA: A INTENSIFICAÇÃO DA XENOFOBIA E A ISLAMOFOBIA COMO SEU PROCEDENTE

Esta terceira e última parte inicia abordando a questão da xenofobia como uma expressão da violência cultural, de acordo com os conceitos estudados pelo sociólogo Johan Galtung (1969;1990). Assim, será observada de que forma as relações sociais, mais precisamente entre indivíduos que possuem valores e costumes distintos, caracterizam um cenário ideal para a ascensão da intolerância entre os mesmos e, portanto, a efetivação de tal violência.

Em seguida, o contexto histórico que consolidou a islamofobia no plano internacional será revisto, além das suas variadas formas de expressão e perspectivas.

Por fim, é analisado como os países se organizam em oposição ao estabelecimento dos imigrantes de tal maneira que formam movimentos e partidos de caráter nacionalista, onde a reclusão do país se efetiva.

3.1 A Xenofobia como Forma de Violência Cultural na Visão de Galtung ¹⁴

Antes de tratar especificamente da xenofobia, foco principal deste trabalho, é imprescindível analisar a obra “Violence, Peace and Peace Research” (GALTUNG, 1969), em que o autor traz contribuições teóricas essenciais acerca da investigação sobre a paz; o diferencial deste estudo é justamente o rompimento com a tradição secular de relacionar a paz com a ausência de guerra (FISAS e GRASA *apud* LOPES, 2013).

Conforme o autor afirma em sua obra: para que se possa estudar a paz, primeiramente, faz-se necessário compreender a violência, pois: “os termos ‘paz’ e ‘violência’ são associadas uma a outra de modo que “paz” possa ser entendida como

¹⁴ O sociólogo e matemático de origem norueguesa Johan Galtung (1930), é também reconhecido pelas suas atribuições teóricas na área de estudos de paz e conflitos nas Relações Internacionais, sendo considerado um dos principais fundadores; desenvolveu e influenciou diversas teorias, dentre elas a distinção entre paz positiva e negativa, violência estrutural, o conceito de peacebuilding, teorias de conflitos e resoluções de conflitos, entre outros.

“ausência da violência”.¹⁵ (GALTUNG, p. 167,1969). Também é importante ressaltar a diferenciação da violência entre o que é potencial e o que é ato, ou seja, o que poderia ser e o que realmente é; como no exemplo em questão: “Uma expectativa de vida de só 30 anos, durante o período neolítico, não era uma expressão de violência, mas a mesma expectativa de vida hoje (quer devido a guerras ou a injustiça social, ou ambos) seria visto como violência”¹⁶(GALTUNG, p. 169, 1969).

Tal fato é encarado dessa maneira devido ao contexto que as situações estão inseridas, pois num período como o citado pelo autor, as chances dos seres humanos se manterem por muitos anos era algo raro, pois não haviam condições favoráveis para tanto; diferentemente de hoje em dia, um mundo de diversas possibilidades que, no entanto, ainda sofre com situações catastróficas como citado no exemplo, que são provocadas pelos próprios humanos.

O autor destaca que dentre as principais dimensões que a violência está inserida, nela sempre estarão inclusos um objeto, um sujeito, uma ação, além de outros determinantes:

1) Deve-se ter uma distinção entre violência física e psicológica; 2) Deve-se haver uma distinção entre abordagens de influência positiva e negativa; 3) Na determinante do objeto, deve-se definir se houve, ou não, um objeto que foi machucado; 4) Esta definida como a mais importante para Galtung - corresponde a esfera do sujeito – se houve, ou não, um sujeito (indivíduo) que agiu (ou seja, praticou a violência); 5) Deve-se ter a distinção se a violência foi um ato intencional, ou não intencional; 6) Distinção tradicional entre violência manifesta (observável) e latente (algo que não está visível, mas mesmo assim pode acontecer). (GALTUNG *apud* AMARAL, p.05, 2015).

Em um dos pontos da citação, é colocado em pauta que a violência deve ser dividida entre duas esferas: uma positiva e outra negativa. Na primeira, é perceptível a agressão física e visível, contendo traços violentos executados por pessoas concretas; portanto um sujeito pode ter praticado um ato de violência explícito. Já a segunda concepção traz outras duas deriváveis: a violência estrutural e a cultural. Em suma, a primeira se caracteriza por estar relacionada a aspectos da desigualdade social, portanto, distribuições de recursos, exploração, discriminação e marginalização de um povo.

¹⁵ Tradução livre: “[...] the terms ‘peace’ and ‘violence’ be linked to each other such that ‘peace’ can be regarded as ‘absence of violence’.”

¹⁶ Tradução livre: “A life expectancy of thirty years only, during the Neolithic period, was not an expression of violence, but the same life-expectancy today (whether due to wars, or social injustice, or both) would be seen as violence according to our definition.”

Por outro lado, a violência cultural, inclusa na violência indireta, apresenta-se através de ataques relacionados às origens culturais e às identidades coletivas de comunidades políticas, sociais ou religiosas (GALTUNG, 1990); também aparece como uma justificativa que alimenta as formas de violência, partindo de atitudes, argumentações e ideias que encaram a existência de tal violência como algo natural e inevitável (GALTUNG apud AMARAL, 2015):

Portanto, são atitudes, argumentações, incitações, acusações e sobretudo, quaisquer aspectos da cultura que podem ser utilizados para promover, legitimar ou justificar a violência – seja da forma direta ou estrutural – de modo que a violência cultural permite enxergar a exploração ou repressão como fatos normais. (GALTUNG apud AMARAL, p.105, 2015).

Então, estas variações da violência exibidas constituem o “Triângulo da Violência” de Galtung, onde na sua ponta se localiza a visível violência direta e na sua base, encontram-se as determinantes mais presentes no cotidiano, porém as que recebem menos atenção, representadas pela violência estrutural e cultural, como segue no modelo abaixo:

Figura 1 - O “Triângulo da Violência de Galtung”



Fonte: AMARAL, 2015, p. 106.

Acerca da violência cultural, Galtung (1990) afirma que são:

Os aspectos da cultura, da esfera simbólica da nossa existência exemplificada pela religião e ideologia, linguagem e arte, a ciência empírica e ciência formal (lógica, matemática) - que pode ser usado para justificar ou legitimar a violência direta ou estrutural (GALTUNG, p.291,1990).

É necessário ainda ressaltar que, de acordo com o autor, não é possível determinar a índole violenta de uma cultura, mas sim, os aspectos específicos da mesma que podem designar a violência cultural; tal fator faz com que as formas de violência sejam encaradas como algo normal, dando a entender que a violência direta e estrutural pareça algo “correto”.

Segundo Amaral (2015), o estudo da violência cultural dá destaque ao modo em que o ato da violência direta e o fato da violência estrutural são legítimos e então, aceitáveis pela sociedade. Sendo assim:

Uma das formas em que a violência cultural se expressa é determinando a moralidade de um ato como errado, certo e aceitável, em níveis de compreensão rígidos. Outra forma é construindo a realidade como algo opaco, unidimensional, de maneira tal que não se possa enxergar a violência como um ato, ou um fato, também a concebendo como algo dado que constrói estereótipos (GALTUNG apud AMARAL, p.07, 2015).

Conforme Galtung (1990) as representações de domínios onde a presença da violência cultural se faz presente estão: na Religião; Ideologia; Linguagem; Arte; Ciência Empírica e a Ciência Formal; além disso, é ressaltado por Amaral (2015) que tais domínios não estão isolados, assim, as expressões de violência cultural podem constituir elementos deste.

Portanto, estes estudos efetuados por Galtung apontam variadas dimensões acerca da violência e da paz, estabelecendo um importante cenário que fomenta importantes questões e dão embasamento para as demais concepções acerca da xenofobia, proveniente desta violência cultural. Esta variação da violência reinventa-se com o tempo, e traz consigo mais uma (in) compreensão acerca do estrangeiro: a aversão ao mulçumano e ao Islamismo, de maneira geral.

3.2 A Emergência da Islamofobia como uma Vertente da Xenofobia

Embora este tópico já tenha sido explanado anteriormente, voltamos ao ponto de partida, em que o temor àquilo que é proveniente do estrangeiro permanece sendo uma questão recorrente no Ocidente. De acordo com a obra “Cultural Violence” (GALTUNG, 1990), a xenofobia pode ser compreendida como uma variação da violência cultural, já que é interpretada pelo autor como uma manifestação do domínio da Ideologia.

Assim, uma valorização exagerada das origens de uma sociedade que possui traços em comum é produzida, e por outro lado, existe uma intensa depreciação da cultura do outro, do diferente. Dentre essas expressões de desprezo da cultura alheia, eis que surge a Islamofobia de uma diferença religiosa no mundo “pré-moderno” que levará a outra diferença como a racial/étnica no mundo moderno/colonial capitalista/patriarcal (GROSFOGUEL, 2014).

O artigo intitulado “ Las múltiples caras de la Islamofobia”, do Ramón Grosfoguel (2014) servirá como base neste quesito. Nela, é abordado histórico dessa aversão ao Islamismo, que inicia com a reconquista da Espanha Muçumana pela monarquia espanhola cristã, onde judeus e muçumanos foram mortos e/ou expulsos e aqueles que permaneceram, sofreram um processo de conversão religiosa forçado, tendo que se converterem ao Cristianismo:

O primeiro indicador de alteridade no “sistema mundo ocidentalizado moderno/colonial, cristão, capitalista/patriarcal” girando em torno da identidade religiosa. Os judeus e árabes foram caracterizadas “pessoas com a religião equivocada”, e os indígenas como “gente sem religião” (MALDONADO *apud* GROSFOGUEL, p. 85, 2014).¹⁷

Tal determinação gerou uma inferiorização característica dos processos de racismo analisados na primeira parte deste trabalho, e que se mostra presente mais uma vez quando há uma atribuição aos povos indígenas como “pessoas sem alma”, o que de acordo com Grosfoguel (2014) no imaginário do cristão espanhol, equivalia a seres **subumanos** ou até mesmo não humanos. Essa forma de depreciação às pessoas com

¹⁷ Tradução livre: “El primer indicador de otredad en el “sistema-mundo ocidentalizado, moderno/colonial, cristiano-céntrico, capitalista/patriarcal” giró en torno a la identidad religiosa. Los judíos y los árabes fueron caracterizados como “personas con la religión equivocada”, y los indígenas como “gentes sin religión”.

religiões distintas se estendeu também aos africanos e aos povos não-europeus, e posteriormente, deixou de ser somente um desprezo religioso para ser atribuída às pessoas praticantes desta, como pode ser observado no trecho:

Mais tarde, essa base racial teológica foi secularizada em um imaginário "cientificismo evolutivo entre hierarquias de civilização" transformando "as pessoas com a religião errada" do final do século XV (contradição interimperiais) na categoria mais baixa de "selvagem e primitiva" própria do "povo sem civilização" (contradição colonial) no século XIX. Este processo mostra uma transformação fundamental que vai desde a inferiorização das religiões não-cristãs (incluindo Islamismo, Judaísmo, etc.) para a inferiorização dos seres humanos que praticam essas religiões (assim, os muçulmanos e os judeus se tornaram semitas, ou seja, uma raça inferior para os europeus, perdendo significado como uma identidade estritamente religioso). (GROSFOGUEL, p. 87, 2014)¹⁸

Durante o século XVI, a perseguição aos muçulmanos na Península Ibérica persistiu até a sua expulsão definitiva em 1609 (PERCEVAL *apud* GROSFOGUEL, 2014) assim como a escravidão dos povos indígenas e africanos nas Américas (DUSSEL *apud* GROSFOGUEL, 2014). Com territórios e povos conquistados no interior e no exterior, a Península produzira uma divisão internacional de trabalho capitalista que contava com uma periferia “interior” com a conquista de Andalus – território antigamente habitado pelos muçulmanos – e “exterior” (a conquista das Américas) que sobrepunha uma divisão internacional do trabalho étnica e racial entre ocidentais e não ocidentais, assim relacionando com a hierarquia global étnico/racial do sistema mundo que privilegia as populações de origem europeia sobre o resto.

Um questionamento que surgira diante da ascensão da Islamofobia indagava a o que se devia exatamente, a criação desse fenômeno: seriam os muçulmanos rejeitados e discriminados pela sua cor da pele, sua origem étnica ou sua religião? Ou uma junção desses elementos? (LÓPEZ, 2010). A resposta é que tal fenômeno, a partir dos anos 1980, passou a ser chamado de “novo racismo” ou racismo cultural:

É mais uma forma de racismo que uma forma de intolerância religiosa, embora seja melhor descrevê-lo como uma forma de racismo cultural, reconhecendo o fato de que as vítimas, os muçulmanos, são identificados

¹⁸ Tradução livre: “Más tarde, esa base racial teológica se secularizó en un imaginario “evolucionista científicista entre jeraquíes de civilización” transformando a las “personas con la religión equivocada” de finales del siglo XV (contradicción interimperial) en la categoría inferior de “salvajes y primitivos” propia de las “personas sin civilización” (contradicción colonial) en el siglo XIX. Este proceso muestra una transformación crucial que va desde la inferiorización de las religiones no cristianas (como el islam, el judaísmo, etc.) a la inferiorización de los seres humanos que practican esas religiones (de ese modo los musulmanes y los judíos se convirtieron en semitas, es decir, una raza inferior para los europeos, perdiendo significado como identidad estrictamente religiosa).

pela sua ascendência não europeia, por não serem brancos, e pela sua cultural percebida (MODOOD apud LÓPEZ, p. 194, 2010).¹⁹

A Islamofobia passar a ter essa depreciação exacerbadamente atingida a partir do racismo cultural ao longo dos séculos XX e XXI, em que a o foco se volta para a inferioridade dos costumes, crenças, comportamentos e valores associados a uma determinada comunidade, e sendo a religião “do outro” o principal alvo, os europeus e descendentes “escaparam” de serem chamados de racistas:

Nos novos discursos racistas culturais, a religião desempenha um papel dominante. Os tropos contemporâneos sobre as "raças inferiores", "incivilizados", "bárbaros", "selvagens", "primitivas", "subdesenvolvidos", "autoritários" e "terroristas" se mesclam hoje em práticas e crenças religiosas do outro.²⁰ (GROSGOUEL, p.88, 2014)

Ainda de acordo com Grosfoguel (2014) a partir de uma perspectiva que considere o vínculo entre as estruturas histórico-sociais do mundo e a hegemonia do racismo cultural de longa duração, é que se poderá entender a ligação entre a Islamofobia e o racismo; é chegado a um ponto em que os discursos de ódio ao Islamismo e o racismo cultural se misturam e se sobrepõe, tornando-se absolutamente impossível de separar o ódio e temor aos muçulmanos do racismo contra os não europeus.

E é a partir da perspectiva de autores como Quellien (*apud* LÓPEZ, 2010) que o discurso de ódio ao estrangeiro se faz presente novamente: é deduzido que a Islamofobia seria uma forma de hostilidade com o Islã e os muçulmanos, tendo como base a imagem do Islã como inimigo, uma ameaça para o bem-estar ocidental e a sobrevivência destes. Neste caso, a “imagem do inimigo” seria:

A crença mantida por um certo grupo de que a sua segurança e seus valores fundamentais são direta e seriamente ameaçado por um outro grupo. Uma imagem do inimigo não pode consistir apenas em sentimentos de nojo ou aversão; sempre carrega a possibilidade de violência e destruição. É uma

¹⁹ Tradução livre: “Es más una forma de racismo que una forma de intolerancia religiosa, aunque puede que sea mejor describirlo como una forma de racismo cultural, reconociendo el hecho de que las víctimas, los musulmanes, son identificados por su ascendencia no europea, por no ser blancos, y por su percibida cultura”

²⁰ Tradução livre: “En los nuevos discursos racistas culturales, la religión tiene un papel dominante.” Los tropos contemporâneos sobre los “pueblos inferiores”, “incivilizados”, “bárbaros”, “salvajes”, “primitivos”, “subdesarrollados”, “autoritarios” y “terroristas” se fusionan hoy en las prácticas y creencias religiosas del otro.”

questão de existência e sobrevivência²¹. (LUOSTARINEN *apud* LÓPEZ, p.193, 2010)

No tocante ao reconhecimento desses povos nos países ocidentais, a Grã-Bretanha associa os muçulmanos àqueles que são egípcios, paquistaneses e “bengalês” (súditos das antigas colônias britânicas); na França, são àqueles de procedência Africana, mais precisamente de suas antigas colônias – Argélia, Marrocos, Senegal, etc. Na Holanda, a maioria de seus trabalhadores imigrantes e ex-súditos coloniais são de países como a Turquia, Marrocos, Indonésia e Suriname, e nos Estados Unidos, o Islã é ligado aos afro-americanos e árabes de qualquer nacionalidade (GROSFOGUEL, 2014). Logo, pode-se observar o aspecto em comum que todos esses países convergem é a da associação do medo e ódio aos muçulmanos de origem árabe, ou sejam eles negros ou asiáticos.

O impacto da Islamofobia é refletido a partir de ações que os países ocidentais receptores destes povos impõem; como quando os muçulmanos reclamam seus direitos de exercerem suas práticas religiosas, que é uma questão de identidade cultural, em esfera pública; ou quando demandam alguma represália contra a discriminação em âmbito escolar ou de trabalho, como é apresentado no trecho: “Na França, a lei contra o uso do véu das mulheres muçulmanas em instituições públicas, o encarceramento sem um devido processo, e a tortura de milhares de muçulmanos nos Estados Unidos são casos recentes de uma larga lista de agravantes”²² (GROSFOGUEL, p. 89, 2014).

Um fato que não poderia deixar de ser citado, o inesquecível “Atentado do 11/09” nos Estados Unidos, fez com que o racismo fosse ainda mais intensificado contra àqueles de origem árabe; ao mesmo tempo, conseguira expandir os seus sentimentos de ódio e temor para o mundo, principalmente entre as “elites imperialistas dominantes no Estados Unidos, Europa e Israel”, o que gerou uma outra vertente desta

²¹ Tradução livre: “La creencia sostenida por cierto grupo de que su seguridad y sus valores básicos están directa y seriamente amenazados por otro grupo. Una imagen del enemigo no puede consistir sólo en sentimientos de disgusto o antipatía; siempre conlleva la posibilidad de violencia y destrucción. Es una cuestión de existencia y supervivencia.”

²² Tradução livre: “En Francia, la ley contra el uso del velo de las mujeres musulmanas en instituciones públicas, el encarceramiento sin un debido proceso, y la tortura de miles de musulmanes en Estados Unidos son casos recientes de una larga lista de agravios.”

situação: a estereotipação de árabes e mulçumanos como terroristas. (SAID *apud* GROSFUGUEL, p. 91, 2014)

Há ainda outras perspectivas que identificam a islamofobia como uma forma de racismo presentes na referenciada obra do Grosfoguel; porém, o foco permanecerá na associação desta aversão à uma forma de racismo cultural, já que as evidências que o caracterizam se mostram mais compatíveis. O autor chega a afirmar que os discursos racistas dominantes são de cunho religioso-cultural e predominantemente voltado para a islamofobia como uma forma de vencer os árabes.

A abrangência da Islamofobia se torna cada vez mais nítida nos países ocidentais a partir da ascensão de partidos e movimentos em defesa do nacional, principalmente no que se refere àqueles que pertencem à Europa e que simultaneamente compõe a União Europeia. A emergência de tal iniciativa envolve diversas motivações, que vão desde o exaltado sentimento de pertencimento a uma determinada região e cultura, até a iminente ameaça de insegurança que um imigrante pode trazer para uma comunidade.

3.3: A Consolidação de Partidos e Movimentos Nacionalistas na Europa

Grupos políticos de caráter nacionalistas sempre estiveram presentes na construção dos aspectos históricos da Europa; e notou-se que nos últimos tempos, houvera uma emergência mais intensa de políticas extremistas, tanto da direita quanto da esquerda. No que se refere ao extremismo, de acordo com Schurster (2015), trata-se de um fenômeno presente na política contemporânea que motivaria movimentos sociais e políticos, principalmente em períodos em que a mobilização social é intensificada e quando ocorrem mudanças profundas nos sistemas produtivos e institucionais.

O extremismo de direita é tido como a manifestação das classes que estão sujeitas a uma repentina perda de status, assim como a sua drástica redução da sua influência política; compreende também as ações daqueles que já estiveram em melhores condições sócio financeiras e é comum que estes partidos tenham propostas de caráter xenóforas, austeras, anti-imigração e em apoio ao desligamento da União Europeia (SCHURSTER, 2015). Esta vertente possui representações em diversos países

que compõe a U.E., sendo a Frente Nacional²³ na França, a de maior tradição e que consagrou um aumento significativo de cargos políticos tanto nas eleições locais quanto para o Parlamento Europeu. A Grécia também conta com um partido de extrema direita, o Aurora Dourada²⁴ que possui sua agenda pautada em ideias de cunho nacionalista, xenofóbica e racista, recebeu o maior número de votos desde a crise econômica mundial de 2008 (SCHURSTER, 2015), e outros como o PEGIDA (Patriotic Europeans Against the Islamization of the West²⁵), na Alemanha, a Liga do Norte, na Itália, e o Partido Liberdade, na Holanda, que também convergem em aspectos xenófobos e anti-imigração. (PERLATTO, 2015)

Dentre as motivações que levariam os nativos europeus a votar nestes partidos extremistas, principalmente os de direita, são um conjunto de questões ligadas a um desapontamento com o vigente sistema político-social e ao desgosto diante da crise econômica; além da junção destes, no caso da ascensão do partido da Frente Nacional, o fator da impopularidade de Hollande – atual presidente da França – contribui também para o sentimento de falta de representatividade (SCHURSTER, 2015).

Perlatto (2015) enfatiza que as evidentes dificuldades encontradas pelas lideranças europeias são advindas das duas crises que o continente enfrentara: a econômica e a migratória. Diante do primeiro caso, países como Portugal, Espanha e Grécia ainda se mantem em processo de recuperação dos impactos da crise econômica de 2008 e 2009, como ressalta o autor, ao dizer que enfrentava dificuldades não só vinculadas ao baixo desenvolvimento, como também graves problemas humanitários, incluindo o significativo aumento dos índices de desemprego e o iminente risco de desabamento da proteção assegurada pelo Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) consolidado no período pós-guerra (PERLATTO, 2015). No tocante a crise migratória, o autor enfatiza a vigente situação, onde o fluxo migratório tornou-se mais intenso diante do aumento dos conflitos no Norte da África e Oriente Médio, o que levou milhares de pessoas a buscar abrigo no continente europeu, ainda que estas corressem o

²³ Fundado em 1972 pelo político francês Jean-Marie Le Pen, o partido conta com propostas radicais para a resolução de problemas internos da França, como o apoio a xenofobia, o nacionalismo e a pena de morte; pontos sempre defendidos por Le Pen. Atualmente, a sua filha, Marine Le Pen, é quem está à frente do partido, assumindo o posto de liderança em 2011 e portanto, dando continuidade às políticas defendidas pelo pai e partido.

²⁴ Este seria o mais radical dos partidos de extrema direita, considerado violento, racista, xenofobo, islamofóbico, antissemita, homofóbico e sexista; além disso, são contra imigrantes, pois acreditam que estes são os responsáveis pela crise que assola o país desde 2010 e são críticos da globalização, do multiculturalismo e da centralização da União Europeia.

²⁵ Tradução livre: Europeus Patriotas contra a Islamização do Ocidente

risco de serem presas ou morrerem afogadas durante a travessia no mar Mediterrâneo (PERLATTO, 2015).

No entanto, é importante ressaltar que estes fatores não são os únicos responsáveis pelo aumento da popularidade da direita extremista na Europa, como é observado no trecho:

É deveras importante lembrar que não estamos aqui a dar à crise financeira o caráter de geradora do aumento da popularidade da extrema direita na Europa. Reter-se à esta ideia, seria voltarmos à explicação da sociedade pela filosofia marxista, em que a economia é responsável por gerir a sociedade mundial. [...] é verdade, que em períodos de crise, quer sejam estas de caráter social, político, ou econômico, a práxis do radicalismo extremista cresce. Porém, devemos ter em mente que este tipo de crise é mais um catalisador para a insatisfação do povo com o sistema político que está a vigorar em determinado país do que propriamente um reflexo conscientemente direto dela. (SCHURSTER, p. 05, 2015)

Os partidos que configuram o extremismo de esquerda surgem em contrapartida às políticas de austeridade²⁶ e não recusam completamente o projeto da União Europeia, porém visam repensar os seus direcionamentos principais, buscando priorizar a sua agenda na recuperação do Estado-nação como peça fundamental para a retomada do crescimento e para a promoção de políticas públicas que possam combater a desigualdade; exemplos destes partidos são o Podemos da Espanha e o Syriza, da Grécia (PERLATTO, 2015).

O nacionalismo é o fator que muitas vezes desperta a xenofobia, e este, de acordo com Hobsbawn (1990) estaria intrinsecamente ligado a formação da nação moderna, ou seja, com a formação de um Estado territorial moderno; tal conceito distingue-se de Anderson (*apud* BABINSKI, 2015) quando o mesmo afirma que o nacionalismo não está relacionado a uma ideologia política – seja ela liberal ou fascista – mas sim, com os grandes sistemas culturais dentro dos Estados, onde a língua, etnia e religião foram fundamentais para a formação da nação. Quanto a Hobsbawn (1990), tem-se um consenso ao pensar que estes elementos foram essenciais para a formação de um sentimento de identidade dentro de um território por meio da formação de simbologias, denominando de “protonacionalismo popular”, no entanto, não corresponderia a uma definição da nação moderna.

²⁶ Redução de gastos governamentais, dentre estes também os gastos sociais.

Ainda de acordo com Hobsbawn (1990) apesar do apelo ao sentimento nacionalista ter tido um influente poder de legitimidade para o Estado Moderno, a combinação do “patriotismo estatal” com “nacionalismo não estatal” foi “politicamente arriscada” há vistas que esse último abrisse espaço para os movimentos nacionalistas internos que futuramente poriam em cheque a própria unidade do Estado Nação (TAVOLARO, 2005).

Pode-se afirmar também, que o nacionalismo configura uma variação da violência cultural, que abrange também a xenofobia como uma de suas expressões. Diante de contextos como as crises migratória e econômica, a frustração das vítimas da austeridade e o ar de desesperança no que se refere à uma liderança que promova a total recuperação do continente, faz com que os discursos de ódio, xenofobia e extremismos ganhem destaque (SOROS apud AMARAL, 2015).

É através do repúdio às origens e identidades culturais distintas que a xenofobia se efetiva, como já pôde ser observado nos estudos acerca da violência cultural no início do capítulo. Ainda, a negativa repercussão de episódios xenofóbicos e islamofóbicos tendem a intensificar o ódio e o medo do “desconhecido”, ou seja, do estrangeiro; e toda essa expectativa produzida em torno da índole de uma pessoa mulçumana – seja ela “terrorista” ou não – acaba fomentando a preferência pela conservação do nacional e pela reclusão do país para processos como a imigração.

Consiste, portanto, em uma delicada situação onde ao invés de se buscar meios de inclusão, esclarecimentos e incentivos voltados para a constituição de regimes que possam direcionar e dar suporte aos estrangeiros, é preferível isolá-los, julgá-los pelas atitudes de extremistas e tratá-los com indiferença. Apesar de estrangeiros e nativos conviverem num mesmo território, ainda que determinados costumes sejam diferentes, nota-se a remanescente intolerância tão praticada pelos ocidentais, e a errônea disseminação de que os imigrantes/mulçumanos/estrangeiros/não-ocidentais serem extremamente prejudiciais ao bem-estar social e a segurança de um país, sendo assim, considerados uma potencial ameaça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal finalidade deste trabalho consistiu em analisar o desenvolvimento da xenofobia através da implementação de fluxos migratórios, partindo do pressuposto que haveria uma interligação entre ambos, e com o foco voltado para o Ocidente. Portanto, a partir do aprofundamento teórico realizado, foi possível observar desde os conceitos e origem do racismo e da xenofobia até a sua ligação com o colonialismo e como este contribuiu para a consolidação do racismo contemporâneo. Além disso, a relação entre a imigração e práticas xenofóbicas também tiveram seus impactos estudados; e dada ênfase ao crescente avanço da islamofobia em territórios europeus, também pôde ser verificado a sua história à nível mundial e os fundamentos que levaram a xenofobia ser classificada como uma forma de violência cultural.

As maiores adversidades constatadas durante a pesquisa foram a ascensão de partidos políticos com princípios nacionalistas como o PEGIDA na Alemanha ou o Frente Nacional na França, que vem ganhando cada vez mais espaços significantes no cenário político da União Europeia. Além destes partidos possuírem um arraigado teor xenofóbico, se posicionam contrariamente a imigração bem como a entrada e permanência de pessoas árabes ou seguidores do Islamismo, de maneira geral. A popularidade destes partidos tem crescido à medida que ataques terroristas se tornam frequentes na Europa, o que ocasiona impactos negativos sob a população – que erroneamente confundem a figura do muçumano com terrorista – intensificando assim, o medo e a repulsa em relação às pessoas de origens culturais diferentes.

Tendo em vista esta conjuntura, a ideia de se constituir um regime internacional voltado para imigração com os países integrantes da União Europeia, fica cada vez mais distante; pois, além do fator “soberania nacional” ser um considerado um empecilho – já que nenhum país pretende abdicar deste em prol de um princípio comum – os imigrantes passaram a integrar a agenda de segurança nacional, sendo vistos como um problema a ser solucionado, como pode ser observado no trecho: “a construção social de percepções sobre identidades particulares de comunidades “de fora”, que se transformam em expectativas normativas rigorosas” (AMARAL *apud* GOFFMAN, 2015).

Diante do que foi exposto neste trabalho, fica evidente que a xenofobia concerne a uma questão transnacional, ou seja, ultrapassa as fronteiras de uma única região e é tão atemporal quanto o princípio dos fluxos migratórios. Dentre as diversas formas de violência praticadas aos imigrantes, sob esse viés da xenofobia, pôde-se observar que a origem da questão sempre esteve ligada ao fenótipo ou a uma cultura distinta e que a evolução deste também possui vínculo com a opressão que o Ocidente dissemina sob o resto do mundo.

A preferência pela manutenção do nacional, decorrente do cenário envolto pelo extremismo político na Europa, conta com a consolidação de partidos de extrema direita – apoiadores de movimentos xenófobos, anti-imigração e antisemitas – em cargos políticos no âmbito da União Europeia. Situação que contribui amplamente para a rejeição de estrangeiros: os aproximando da marginalização e afastando ideais de inclusão, que também poderiam ser alcançados por meio da implementação de regimes internacionais para a Imigração.

Por fim, tendo em vista a abrangência dessa temática no âmbito das Relações Internacionais e contendo potencial para aprofundamento teórico, verificou-se a existência de algumas reflexões que podem vir a se tornar objetos de pesquisas, como as implicações que a Islamofobia pode causar nas recentes gerações descendentes de imigrantes; também seria interessante examinar mais a fundo, as consequências que estes movimentos xenófobos acarretam na rotina dos milhares de estrangeiros. Outra questão que desperta o interesse para análise, seria até que ponto a Islamofobia representa uma intolerância religiosa? Apesar da expansão mundial da religião, contando com cada vez mais adeptos, o Ocidente ainda exerce manifestações de discriminação, ligadas principalmente a formação da imagem do mulçumano, são atribuídas características equivocadas aos seguidores da religião, construindo assim, estereótipos; um outro ponto que pode ser explorado com maior profundidade, dando continuidade aos conceitos estudados neste trabalho.

REFERÊNCIAS

AMARAL, R. A. D. Violência Cultural: Xenofobia, Terrorismo e o Advento Da Intolerância Nas Relações Transnacionais. In: I Semana de Relações Internacionais – O Sul Global: De Bandung ao Século XXI, 2015, São Bernardo do Campo, SP: **Anais**. São Paulo: UFABC/UNIFESP, 2015. 18p.

_____, _____. Considerações sobre a Violência pela Ótica de Johan Galtung: Alguns aspectos do Terrorismo e o Advento da Intolerância. In: **Revista Cadernos de Campo/Departamento de Sociologia: Faculdade de Ciências e Letras**, UNESP- São Paulo: Nº 19, pp. 101-116, 2015.

BABINSKI, K.S. **Representações de Ciência e Tecnologia em Gustavo Barroso (1909-1935): nacionalismo autoritário, eugenia e antissemitismo**. 2015. 94 f. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

BRITO, F. A politização das migrações internacionais: direitos humanos e soberania nacional. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**. Rio de Janeiro: v. 30, n. 1, p. 77-97, janeiro-junho. 2013.

_____. Ensaio sobre as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 12, n. 1-2, jan.-dez. 1995.

CÉSAIRE, AIMÉ. **Discurso sobre el colonialismo**. Tradução Mara Viveros Vigoya, Madrid: 2006.

DIOP, Cheikh Anta. Entrevista com Carlos Moore e Shawna Madlangbayan. In: **Black Books Bulletin**, Winter Issue, Vol. 4, nº. 4, 1976, p. 33, e **Afriscope**, Vol. 7, No. 2. Fevereiro, 1977.

_____. Entrevista com Charles Finch. In: **Présence Africaine: Homage à Cheikh Anta Diop**, Paris: nº 149-150, 1º e 2º trim., p. 361-373, 1989.

ESTANQUE, Elísio. Crise, Estado social e desafios do sindicalismo. Breve reflexão sobre a Europa. In: **Educar em Revista**. Curitiba: N. 48, abril/junho. 2014.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GALTUNG, Johan. **Violence, Peace and Peace Research**. Journal of Peace Research. International Peace Research Institute, Oslo. 1969.

_____, _____. **Cultural Violence**, *Journal of Peace Research*. College of Social Sciences, University of Hawaii, Manoa: Vol 7. N. 3. 1990.

GOMES, A.B.P. Regular As Fronteiras: Problemáticas, Desafios e Contradições Das Políticas Migratórias da União Europeia. In: **Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, Paraíba: N. 2, Vol. 1, pp.127-148, 2014.

GROSGOUEL, R. Las Múltiples Caras De La Islamofobia. In: **De Raiz Diversa - Revista Especializada em Estudos Latino-americanos**. México: Vol. 1, nº 1, pp. 83-114, 2014.

HOBBSBAWN, E.J. **Nações e Nacionalismos desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Zahar editores, 1981.

KEOHANE, Robert. **Instituciones Internacionales y Poder Estatal**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano. 1993.

KEOHANE, R. O; NYE, J. S. **Power and Independence**. Boston: Little, Brown. 1977.

KRASNER, S. D. Causas Estruturais e Consequências Dos Regimes Internacionais: Regimes como Variáveis Intervenientes. In: **Revista de Sociologia e Política**. Universidade Federal do Paraná: V.20, N. 42, pp. 93-110, 2012.

LOPES, F.T.P. Os conceitos de paz e violência cultural: Contribuições e limites da obra de Johan Galtung para a análise de conflitos violentos. In: **Athenea Digital – Revista de Pensamiento e investigación social**. Espanha: pp. 169-177. Julho.2013.

LÓPEZ, F.B. Que es la islamofobia?. In: **Documentación Social**. Espanha: N.159, pp. 189-207, 2010.

MALDONADO.N.T. Reconciliation as a Contested Future: Decolonization as Project or Beyond the Paradigm of War, In: **Iain S. Maclean (ed.), Reconciliation: Nations and Churches in Latin America**, Londres: Ashgate, 2006.

MASCENA, S. C. R.; LÚCIO, A. C. M. Colonialismo e pós-colonialismo no romance a varanda do Frangipani de mia couto. In: **Cultura & Tradução**. João Pessoa: v.1, n. 1, 2011.

MUDIMBE, V.Y. **A invenção de África, Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento**. Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, Angola: Ed. Pedagogo e ed. Mulemba, 1998.

NUNES, Francisco. **A Europa e os Migrantes no Século XXI**. Disponível em: < <http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2012006.pdf> >. Acesso em: 05/10/2016

OKOLSKI, M. **Transition from emigration to immigration: is it a destiny of modern European countries?**, 2009.

PERLATTO, Fernando. Um continente em transição: os desafios da União Europeia. In: Boletim CEDES – Centro de Estudos Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: pp. 30-40. Julho-Agosto. 2015.

PRASHAD, Vijay. **Everybody was Kung-Fu Fighting: Afro-Asian connections and the myth of cultural purity**. Boston: Beacon Press Books, 2001.

PRIES, Ludger. La migración internacional en tiempos de globalización. In: **Revista Nueva Sociedad**. Argentina: 1999.

QUIJANO, Aníbal. Qué tal Raza!. In: **Familia y Cambio Social**. CECOSAM, ed. Lima, Perú. pp. 141-152.1998.

_____, _____. **Cuestiones y Horizontes: de la dependência histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. 1º ed. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

REIS, R.R. Soberania, Direitos Humanos e Migrações Internacionais. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 19, N. 55, 2004.

SARAIVA, J.F.S. **História das Relações Internacionais Contemporâneas: da Sociedade Internacional do Século XIX à Era da Globalização**. São Paulo : Saraiva, 2007.

SAID, E. W. **Orientalismo: representações ocidentais no Oriente**. Lisboa, 2ª ed., 2004.

SANTOS, B.S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. Portugal: Ed. Almedinas, 2009.

SCHURSTER, Karl. Extremismo, Nacionalismo e Conservadorismo político: um estudo sobre o tempo presente na Europa. In: **Cadernos do Tempo Presente**. São Paulo: N.20. pp 16-26. Junho-Julho.2015.

SILVA, J.C.J. **A construção de um regime internacional para a imigração ilegal**. 2009.

STRUCK, J.P. **A Europa que gerava Emigrantes**. Disponível em: <<http://dw.com/p/1GTLZ>>. Acesso em 06/10/2016.

TAVOLARO, L.G.M. **Dilemas da Globalização na Europa**. Annablume, 2005.

WEDDERBURN, C.M. **O Racismo Através da História: da Antiguidade à Modernidade**. 2007.